

Sobre golpes, autogolpes e contragolpes: dilemas de uma democracia em turbulência

Marco Aurélio Nogueira ¹

Resumo: O texto procura analisar o processo de impedimento da presidente Dilma Rousseff não como o resultado de uma articulação golpista de setores conservadores, mas como desdobramento de um conjunto de crises, problemas e desacertos que atingiram o Brasil e os governos petistas a partir de 2011. Sua base argumentativa apoia-se na postulação de que golpes e manobras políticas somente podem frutificar na medida em que um lado “forte” (em armas, recursos de poder, capacidade de mobilização, comunicação e articulação política) conseguir se impor a um lado “fraco”, ou seja, desprovido de envergadura, ideias e recursos para resistir àqueles que o atacam. Eventualmente, o lado “fraco” pode ter legitimidade, votos e apoio popular mas nem assim conseguir compensar sua fraqueza no terreno propriamente político. A partir desta base, procura-se mapear os principais fatores que produziram enfraquecimento e inoperância no governo Dilma e no próprio PT.

Palavras-chave: Conservadorismo; Governo Dilma; Golpe; Democracia, *Impeachment*.

¹ MARCO AURÉLIO NOGUEIRA é Professor Titular de Teoria Política e Coordenador Científico do Núcleo de Estudos e Análises Internacionais-NEAI da UNESP, em São Paulo (SP). Doutor em Ciência Política pela USP, com pós-doutorado na Universidade de Roma (1984-1985), foi Diretor do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais-IPPRI da UNESP (2011-2015, diretor da Editora Unesp (1987-1991) e da Escola de Governo e Administração Pública da Fundap, SP (1991-1995). Colunista do jornal *O Estado de S. Paulo*, é autor, dentre outros, dos livros *Em defesa da política* (São Paulo, Editora Senac, 2001), *Um Estado para a sociedade civil. Temas éticos e políticos da gestão democrática* (São Paulo, Cortez, 2004), *Potência, limites e sedução do poder* (São Paulo, Editora Unesp, 2008), *O Encontro de Joaquim Nabuco com a política* (São Paulo, Paz e Terra, 2010) e *As ruas e a democracia. Ensaio sobre o Brasil contemporâneo* (Brasília/Rio de Janeiro, Contraponto, 2013). Email: nogueiramarcoa@gmail.com

Abstract: The paper analyzes the president Dilma Rousseff's impeachment not as the result of a coup articulation of conservative sectors , but as a development of a set of crises, problems and mistakes that have hit Brazil and the PT governments from 2011. His argumentative base rests on the postulation that coups and political maneuvering can only bear fruit in that one side 'strong' (weapons , power resources , mobilization capacity , communication and policy coordination) has been successfully established the first "weak "ie , devoid of scale , ideas and resources to resist those who attack . Eventually , the "weak " side may have legitimacy , popular support and votes but not so able to compensate their weakness in properly political terrain . From this base , we try to map the main factors that produced weakening and inefficiency in government Dilma and the PT itself .

Keywords: Conservatism ; Dilma's Government ; Blow ; Democracy , Impeachment .

Introdução

Narrativas de combate sem criticidade são boas para mobilizar tropas militares. Para mobilizar cidadãos, ou seja, para fazer política, sempre é indispensável alguma dose de racionalidade crítica e perspectiva pedagógica. Caso contrário, as narrativas produzem autômatos, não pessoas autônomas. Uma política de esquerda que faça questão de honrar seu nome, além do mais, não pode abrir mão nem da visão dialética totalizante, nem da postura crítica, do esforço para romper com a pseudoconcreticidade e a malha de aparências que vedam o acesso ao real e envolvem os atores nas brumas da ilusão e da auto-ilusão. Tal política não tem como se limitar ao acadêmico, à instância teórica, abstrata – até porque é uma política comprometida com a transformação, uma política que “toma partido” – mas tem poucas chances de seguir em frente se se dedicar tão somente a fazer a agitação passional dos elementos presentes na realidade.

O *impeachment* da presidente Dilma Rousseff nasceu ou não de um golpe? A pergunta tem martelado a opinião pública desde que o processo de impedimento começou a ser cogitado, em meados de 2015 e mais acentuadamente quando teve início efetivo, com a aceitação em dezembro, pela presidência da Câmara dos Deputados, de proposta encaminhada pelos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Jr. e Janaína Paschoal.

O argumento, ontem e hoje, tem sido recorrente: Dilma Rousseff está sendo vítima de uma perseguição política revanchista e conservadora, destinada a impor a prevalência política dos que foram por ela derrotados em 2014, eliminar o PT da vida pública e alterar a agenda governamental, substituindo a generosidade social petista, apoiada em um benéfico assistencialismo e na preocupação com os mais pobres, pelo egoísmo neoliberal inerente a uma articulação “de direita” hostil aos trabalhadores e aos direitos sociais. Uma governante eleita com 54 milhões de votos e “comprovadamente honesta” somente poderia ser afastada caso houvesse praticado um crime de responsabilidade devidamente provado e comprovado. O argumento sustenta que a prática adotada pelo governo – forçar o Tesouro Nacional a atrasar de forma proposital o repasse de dinheiro para bancos (públicos e também privados) e autarquias, com o objetivo de melhorar artificialmente as contas federais –, as chamadas “pedaladas fiscais”, não deveria ser vista como constituindo crime, já que configuraria procedimento usual entre governantes e não acarretaria particular ônus ao erário público. O processo, portanto, careceria de base jurídica adequada. Em decorrência da ausência de crime, o impedimento expressaria um desejo ilegítimo de poder por parte dos que foram derrotados em 2014, devidamente

impulsionados por uma mídia insaciável e disposta a descarregar sobre a esquerda todo o seu arsenal de dispositivos bélicos.

A polêmica se estabeleceu e cresceu, com argumentos jurídicos e políticos se confrontando, sem que se pudesse chegar a uma conclusão nítida e clara. Com o afastamento preliminar da presidente pelo Senado Federal, em 17 de maio, a temperatura ficou ainda mais elevada. Levas de defensores e de adversários da legalidade do pedido de impedimento presidencial saíram a campo, dramatizando a situação.

Para enfraquecer o argumento do “golpe de Estado”, tornou-se progressivamente mais evidente que o principal artífice da operação foi o PMDB e a ampla base que dava sustentação política a Dilma no Congresso. Com o que se teria, no fundo, uma espécie de “autogolpe”, desferido por quem até ontem era a situação e que se descolou do governo, seja para evitar preventivamente uma perda de poder, seja para conquistar novos espaços e promover uma inflexão conservadora nas orientações governamentais, seja ainda para frear uma conduta governamental que se mostrava inconveniente e perigosa para o país.

A hipótese do golpe, portanto, encontraria um primeiro complicador nesta configuração do “autogolpe”, devidamente qualificada com o reconhecimento de que se tratou de uma manobra desferida por uma parte da situação contra outra. Tanto que seu piloto operacional foi o PMDB e seu executor, o vice-presidente da República, que conseguiram se compor com as oposições políticas propriamente ditas. Pouca relevância teria a questão de saber se foi Michel Temer e seu grupo quem arrastou as oposições ou se o vice-presidente é que teria sido por elas arrastados. O evento central permaneceria o mesmo: um pedaço do sistema se voltou e se rebelou contra a cabeça do sistema, separando-se dela. O questionamento jurídico feito pelos defensores de Dilma acabaria por ir a pouco e pouco perdendo força.

Tal fato forçou os defensores mais convictos da tese do golpe a agregarem uma qualificação adicional: tratar-se-ia de um “golpe constitucional”, um “golpe parlamentar” que violaria o presidencialismo, que não prevê afastamentos presidenciais por razões de ordem política. Passar-se-ia a falar em golpe branco, sem armas e sem sangue, contra a democracia e o sistema vigente.

Acontece que, para turvar mais um pouco o argumento, o processo de *impeachment*, desde o início, transcorreu dentro da normalidade institucional e constitucional, com o devido espaço para a defesa da acusada, o respeito aos ritos procedimentais e o apelo sistemático à manifestação do Supremo Tribunal Federal. Mesmo depois de consumado o afastamento preliminar da presidente, ela em nenhum momento foi alvo de perseguições

ou restrições à palavra, às prerrogativas do cargo ou à livre movimentação pelo território nacional e internacional. Deste ponto de vista, tudo tornaria mais difícil sustentar que o ataque a ela estaria a atingir a democracia.

Nem por isso, porém, a tese do golpe arrefeceu. Ao contrário: quanto mais o processo avançou e a situação de Dilma Rousseff foi-se tornando frágil, quanto mais o Congresso caminhou rumo à aceitação preliminar do pedido de *impeachment*, mais a tese do golpe foi sendo vocalizada, dentro e fora do país, como parte de um contragolpe. Sempre com o mesmo ardor e a mesma estridência, em meio a uma forte disputa política, midiática, teórica e jurídica que pôs frente a frente dois aguerridos “partidos”.

Convém, portanto, para facilitar a análise que seguirá, admitir que houve um golpe político no país. Não se tratou, porém, de um golpe de Estado destinado a depor um governo constitucional e instalar uma ditadura, e no qual a violência institucional serve de ferramenta para substituir uma classe por outra – um bloco social, uma coalizão partidária ou uma correlação de forças por outra – na estrutura de poder. Tratou-se bem mais de um golpe no sentido de manobra política, de artimanha posta em prática para buscar soluções para uma situação de crise política ou para reacomodar relações intrassistêmicas ou presentes no âmbito de uma dada correção de forças.

Pode-se não gostar disso e se avaliar que a manobra contém elementos pouco democráticos, ou que ela contaria com uma indevida participação da grande mídia corporativa, que teria ajudado a insuflar milhões de cidadãos para que fossem às ruas se manifestar. Mas não há como negar que manobras políticas fazem parte do jogo político e da dinâmica democrática, sendo equivocado desqualificá-las categoricamente de antemão ou por princípio. Bem mais importante que isso é compreendê-las, entender suas determinações e seus desdobramentos potenciais.

Nesta variante de golpe como manobra política, não há somente um fator determinante e um fator determinado, um agente ativo e outro passivo, um lado que erra e outro que acerta. Dado que manobras ocorrem no âmbito de um sistema, elas somente podem ser compreendidas se visualizadas no quadro abrangente. Os diferentes atores compartilham entre si defeitos e virtudes operacionais, falhas e acertos. Eventuais “vencedores” podem não estar alinhados do lado “justo”, assim como os “perdedores” nem sempre podem ser tratados como “vítimas” da ação conspiratória de golpistas impiedosos.

O avesso do golpe

Aceitemos pois que tenha havido um golpe contra Dilma e o PT, uma manobra política feita com o objetivo de promover o afastamento de um governo que se isolara do sistema político, se afastara da opinião pública e perdera a capacidade de governar.

Golpes costumam derivar de situações em que um lado “forte” (em armas ou recursos de poder, capacidade de mobilização, comunicação e articulação política) age contra um lado “fraco”, ou seja, desprovido de envergadura, ideias e recursos para resistir ao lado oposto. Eventualmente, o lado “fraco” pode ter legitimidade, votos e apoio popular mas nem assim conseguir compensar sua fraqueza no terreno propriamente político.

A questão, portanto, é saber o que deu força ao lado “forte”, golpista, e o que fez o outro lado – em tese legitimado por urnas e mandatos – se tornar “fraco”.

A fraqueza de Dilma sempre foi de natureza política, gerencial e operacional. Sua postura olímpica de menosprezar as articulações parlamentares, de não se dedicar à luta cotidiana (muitas vezes miúda) por ocupação de espaços e pelo convencimento da opinião pública, e dentro dela da indústria cultural, das empresas e órgãos de comunicação, funcionou como seu limite tanto para governar quanto para imprimir orientações progressistas ao governo. Na mesma direção caminhou sua dificuldade crônica de *comunicar* decisões à opinião pública, problema que esteve muito além dos erros e das falhas retóricas que fizeram sua fama. A dificuldade, neste caso, não se deveu a nenhum desconhecimento da língua pátria ou a deficiências intelectuais, mas derivou de um estilo político, moldado tanto pela trajetória juvenil da presidente (a luta armada, a resistência à tortura, o revolucionarismo voluntarista), quanto pelo caminho por ela seguido em sua passagem para o terreno propriamente político: uma via eminentemente técnico-burocrática, na qual o critério dominante é mais o da execução que o da negociação, mais o da convicção racional que o da dúvida razoável, uma via, em suma, na qual chefes mandam e subordinados obedecem, numa dinâmica cujos tempos são específicos e bem distintos dos tempos da política. Por certo, não se tratou de uma escolha aleatória, fortuita, mas de uma trajetória que se coadunou com a biografia e a personalidade de Dilma.

Sua chegada à Presidência da República não representou o desfecho ou o coroamento de uma carreira política ou partidária, no sentido de que não foi impulsionada por uma ação fixada no terreno político ou por uma militância partidária particular, mas sim por uma escolha externa, imposta por quem tinha peso político e que desejava seguir governando por via indireta, por meio de um executor de ordens que lhe deixasse

desimpedido o terreno para voltar alguns anos depois. A manobra de Lula deu certo, mas Dilma fugiu do controle, forçou a reeleição e passou a adotar medidas cada vez mais descoladas da lógica política e social do próprio PT.

Trata-se de um episódio que ainda precisará ser mais bem investigado, mas que pode, desde já, ser tomado como um critério importante para se compreender como é que, de repente, em um curto período de tempo, Dilma conseguiu demolir um extraordinário patrimônio político e uma das mais amplas coalizões partidárias da história republicana brasileira. Uma hipótese dentre outras poderia apontar que, em seus dois mandatos presidenciais, em vez de prezar o diálogo e a persuasão – ferramentas típicas da política –, e por esta via organizar consensos, Dilma optou por enfatizar a *transmissão*, expediente para impor suas próprias opções independentemente da opinião e do entendimento de seus aliados e apoiadores, às vezes até mesmo daqueles mais próximos, integrados ao círculo íntimo do poder. Para falar com os termos que empregados em outra ocasião (NOGUEIRA, 2004), a Dilma presidente valeu-se mais da política dos técnicos do que da política dos políticos, com o que não conseguiu avançar no terreno da política dos cidadãos.

Agindo de modo tecno-burocrático, isolou-se nos meandros da administração e contribuiu para que se abrisse um fosso entre ela e o sistema político, perdendo espaço para interagir democraticamente com a sociedade.

Foi assim, por exemplo, em junho de 2013 (NOGUEIRA, 2013). Diante das ruas revoltas e revoltadas, Dilma anunciou cinco “pactos” tirados da cartola, não precedidos de negociações ou da busca de entendimentos. Foram iniciativas “comunicadas” no calor do embate, como tentativa de romper o cerco a que estava submetido o Palácio. Não buscou apoio nem dos governadores e prefeitos, nem do sistema político em sentido estrito, eles também sujeitos ao mesmo repúdio das ruas. Em decorrência, a presidente ficou falando sozinha e nada prosperou em sentido favorável para ela.

Poder-se-á argumentar que a fraqueza presidencial foi relativa e mostrou força nas eleições de 2014, pois afinal de contas Dilma delas saiu vitoriosa. Trata-se de uma ilusão, típica das competições democráticas. Seu desempenho nas eleições não mostrou força, mas fragilidade, tanto porque a vitória foi por pequena diferença (estreitando expressivamente a folga que a mesma Dilma havia obtido nas eleições de 2010), quanto sobretudo porque a campanha governista valeu-se de todos os artifícios, expedientes e recursos concedidos pelo poder e foi impulsionado por uma campanha de marketing extremamente negativa, agressiva e mentirosa – o que ensejou que logo no início de seu segundo mandato (janeiro de 2015), com o anúncio de medidas que contrariavam o discurso de campanha, sua

vitória fosse logo estigmatizada como “estelionato eleitoral”. Feita por um partido que se proclamava de esquerda, a campanha de 2014 foi vergonhosa e contribuiu de forma determinante para agravar a condição de fraqueza política do governo: ele venceu, mas não teve como fazer da vitória um recurso de governança. Ao contrário.

A fraqueza governamental ficou ostensiva no *day after* das eleições, momento que poderia ter sido aproveitado para refundar e atualizar o ciclo petista, mediante a melhoria das relações do governo com o campo progressista e com a opinião pública. Em vez disso, optou-se por acirrar as tensões, reiterar o discurso maniqueísta da campanha e deixar ao largo, como causa perdida, a interlocução com as classes médias, que passaram a ser sistematicamente hostilizadas tanto pelo “Estado” petista – seus dirigentes e órgãos de direção – quanto pela “sociedade civil” do partido, a começar de parcelas expressivas de sua intelectualidade. Com isso, cresceram as duas tendências que levariam o governo ao *impeachment*: ele perdeu o pouco que tinha de capacidade de articulação política no Congresso e simplesmente implodiu as pontes com a opinião pública.

A diáspora das bases parlamentares do governo não se deveu, assim, a um golpe das oposições, mas sim à inapetência e à incompetência do próprio governo e de seu núcleo político de sustentação. Basta lembrar, a propósito, que o principal motor do processo de impedimento foi o PMDB, partido que ocupava a vice-presidência da República. Houve sim “traição”, mas ela foi fomentada com a colaboração do próprio personagem traído. O golpe nasceu e cresceu nos ambientes governistas, ainda que tenha obtido apoio (tardio, diga-se de passagem) do PSDB e do DEM e tenha encontrado sua peça técnico-processual em uma iniciativa de juristas não diretamente envolvidos com as oposições. Quando o governo se deu conta, o processo já havia avançado. Mas houve, evidentemente, muito mais do que isso.

A crise econômica

A crise e a desorganização da economia apresentaram suas credenciais em 2012. Bloquearam o crescimento e, com isso, passaram a roubar base de apoio para a reprodução do pacto econômico-social entre empresários, bancos e trabalhadores, fechando ao mesmo tempo a torneira que viabilizava as políticas sociais do governo.

Houve indução externa para o desencadeamento da crise: a retração chinesa, os problemas globais do capitalismo, o rebaixamento dos preços do petróleo, a complicação generalizada dos termos das transações comerciais. Não se tratou, portanto, somente de

erros de concepção de política econômica, mas esses tiveram peso decisivo no processo, fazendo com que os fatos externos reverberassem no interior de modo particularmente perverso. A crise internacional não conseguiu encontrar barreiras que a administrassem, já que as orientações políticas internas seguiram as mesmas pegadas de antes ou derivaram para modalidades “criativas” de gestão fiscal e financeira que acabaram, com o tempo, por se mostrar impulsionadoras da própria crise, turbinando-a em vez de refreá-la. O governo Dilma, no fundo, perdeu o controle da gestão econômica.

A crise econômica foi um problema em si e teve efeito político demolidor. Antes de tudo porque reprimarizou a economia, bloqueou a expansão industrial e inviabilizou qualquer modalidade de crescimento sustentável, atropelando até mesmo os esforços ambientalistas de regulação de florestas e terras indígenas. Deixou-se impulsionar quase que tão somente pela alta internacional dos preços das *commodities*. Optou por financiar e subsidiar a ação internacional de algumas poucas grandes empresas, com o que sugou parte da energia nacional e desagradou o empresariado. Sobrecarregou artificialmente as finanças públicas, desorganizando a dimensão fiscal do Estado.

Até 2012, o modelo econômico adotado pelo governo Lula se reproduziu com alguma suavidade, mantendo a expansão e promovendo real melhoria dos salários populares, graças ao aumento do salário mínimo e do emprego.

O grande problema foi que o modelo teve pernas frágeis e artificiais: confiou demais na ampliação do crédito e do consumo popular, insistiu na depreciação do real frente ao dólar (o que barateou certos bens) e, mais grave ainda, não propiciou o aproveitamento das vantagens oferecidas pelo ciclo expansionista inicial (entre 2004 e 2012, aproximadamente) para impulsionar reformas de caráter estruturante, com que teria sido possível consolidar os avanços. Não houve democratização da propriedade, salto industrializante ou sofisticação da estrutura produtiva, por exemplo, com o que a economia permaneceu basicamente a mesma e o padrão do trabalho não se alterou, mantendo-se sem maior qualificação (e, portanto, pouco produtivo e mal remunerado). Os efeitos disso foram arrasadores, tanto na economia quanto na sociedade e na política.

A aliança de classes projetada como base de apoio pelo PT, em 2005, foi, na verdade, um pacto conciliador, feito para dar sustentação ao governo de um partido que dificilmente poderia obter maioria no Congresso. Representou a passagem do PT para o campo da política democrática e das coalizões, depois de uma longa fase de retração e recusa a esta modalidade de conduta. Dadas as circunstâncias, foi uma estratégia inteligente e justificável. O partido, porém, errou na dosagem, não condicionou programaticamente

as coalizões e não adotou uma orientação voltada para a construção de hegemonia: para estabelecer e ampliar capacidade de direção política e moral (GRAMSCI, 2000). O pacto destinou-se a acomodar os muito ricos e os muito pobres, sem reservar papel mais significativo para as classes médias tradicionais, a não ser a de funcionar como via de chegada dos setores mais pobres e como saco de pancadas da retórica “revolucionária” do partido. O governo Lula e, depois, o governo Dilma trabalharam para dar vazão a uma “nova classe média”, que nunca chegou a se formar de modo sustentável mas que foi contaminada ideologicamente pela convivência com a classe média tradicional, encorpando o que viria a se converter gradualmente numa plataforma antipetista. Como o pacto social que sustentou tudo isso foi predominantemente rentista, baseado em concessão de crédito e incentivo ao consumo, ele tendeu a ruir quando seus próprios termos começaram a mostrar dificuldade de reprodução. A “velha” e a “nova” classe média terminaram, assim, por confluir para um mesmo tipo de descontentamento, ainda que com sinais distintos.

A falta de sustentabilidade desta orientação política se combinou, também, com a baixa produtividade no terreno das políticas sociais, seja quanto ao tamanho do gasto público voltado às políticas de bem-estar mais típicas (educação, saúde, previdência), que permaneceu basicamente inalterado ao longo do tempo, seja quanto à redução da desigualdade. A crise representou, por seus efeitos de curto e médio prazo, a impossibilidade de dar sequência às políticas assistenciais e contribuiu decisivamente para que se reproduzisse o padrão modesto de distribuição de renda. O perfil brasileiro, neste quesito, permaneceu inalterado, com o país não se afastando do grupo dos países mais desiguais do mundo.

Faz sentido, portanto, perguntar: “o que foi feito de política social, além das políticas compensatórias de distribuição de renda — e nem se gasta tanto com isso? O resto foi salário mínimo e aumento do emprego. Fora o salário mínimo não houve nenhuma política social: na saúde, o que foi feito? Na educação, o que foi feito? Não houve política industrial, não houve política de inovação e desenvolvimento”. (QUADROS, 2015)

Conforme dados e análises do *Boletim de Conjuntura* publicado em junho de 2016 pela Fundação João Mangabeira, a renda brasileira permaneceu extremamente concentrada nos últimos quinze anos. A distribuição foi quase residual, tímida e facilmente reversível, travada pela ausência de reformas. Regrediu rapidamente quando a crise despontou e finalmente, por volta de 2013, se instalou em definitivo.

A partir de então, a mobilidade social das camadas mais baixas da população e a melhoria dos salários populares estacionaram e passaram a cair. “A grande novidade da Pnad 2014, correspondente aos dados de 2013, é que a mobilidade social diminuiu ou reverteu: em vez de ascensão, tem-se um rebaixamento das camadas populares. Em 2013 a baixa classe média continuou crescendo: representava 43% da população e subiu para 44,2%. Mas cresceu porque houve uma queda na alta classe média e, principalmente, na média. A mobilidade social foi descendente, principalmente na média classe média, que caiu para baixo. Cresceu também pela primeira vez a classe dos miseráveis. Isso significa que vai havendo uma queda em cascata: da alta cai para média, da média cai para a baixa, da baixa cai para a massa trabalhadora, e da massa trabalhadora cai para os miseráveis”. Tudo passou a indicar que se poderia estar às vésperas de um retrocesso social, sobretudo porque o crescimento econômico declinou expressivamente em 2014 e se converteu em recessão a partir de 2015. (QUADROS, 2015).

Efeitos sistêmicos e da Lava Jato

A Operação Lava Jato desempenhou função determinante na crise que catapultou o governo Dilma, sobretudo pelo que revelou dos mecanismos de financiamento político por meio do uso irregular de empresas (Petrobras, sobretudo) e pelo que pôs de pressão sobre os políticos, a coalizão governamental e o sistema político. Quanto mais ela avançou, mais foi produzindo efeitos desorganizadores sobre o governo Dilma. A rigor, a operação foi equânime em sua produção: todos perderam com ela, ainda que o ônus maior tenha caído sobre os esquemas que mantiveram o PT como força ativa de 2003 em diante. A operação também desvendou os caminhos seguidos por partidos e grupos políticos para financiar suas atividades e suas campanhas eleitorais, cortando os dutos que alimentavam o modo predominante de prática política no país. Além do mais, como se não bastasse, deixou evidente que parte da atividade ilícita de financiamento via relações entre particulares e empresas públicas serviu para o enriquecimento de pessoas físicas, fato que dramatizou ainda mais a operação.

A situação crítica também foi determinada pelos efeitos cruzados do presidencialismo de coalizão e do sistema político-eleitoral, sobretudo naquilo que apresentam em termos de cultura política, de um padrão de prática política inteiramente apoiada na extração de vantagens do governo e no acúmulo predatório de recursos de poder. Trata-se de um sistema que desafia a todos, mas que afeta de modo negativo os

partidos de caráter mais programático e menos fisiológico, por um lado onerando seus custos operacionais e por outro embaçando suas identidades, que com o tempo terminam por ficar comprometidas. Aconteceu isso com o PSDB e com o PT, para mencionar as duas forças que polarizaram a política nacional nas últimas três décadas.

O PT reagiu aos obstáculos sistêmicos de forma inadequada. Para poder privilegiar o controle do governo central, optou por obter a adesão fisiológica das correntes e personalidades políticas que compunham o que se convencionou chamar de “centrão”, um agregado sem perfil definido e disposto a aderir a qualquer governo, desde que obtidas algumas regalias. O episódio do “mensalão”, que é de 2005, demonstrou a determinação com que o PT se entregou a este jogo, que foi reinventado e ampliado nos anos subsequentes.

Em segundo lugar, como decorrência dessa busca de cooptação das alas mais fisiológicas, o partido também procurou cooptar sua base social e institucional tradicional, consubstanciada nos movimentos sociais e em parte da estrutura sindical, que foram convidados a atuar como correias de transmissão das orientações governamentais.

E por fim, em terceiro lugar, o partido e seus governos abriram mão da proposição e da execução de reformas de tipo estrutural, as únicas que de fato poderiam embasar um reformismo vigoroso pela esquerda. Pouco foi feito nessa direção, seja em termos de política econômica, seja em termos de política social. Perdeu-se uma extraordinária oportunidade histórica, especialmente durante os anos em que a economia nacional pode se beneficiar de uma fase de crescimento.

Deve-se registrar, também, que o sistema presidencialista brasileiro passou a conviver com uma multiplicação errática do número de partidos políticos, fato que aumentou expressivamente a fragmentação partidária, onerando os custos de gestão do sistema. Além disso, dadas as facilidades existentes para a proliferação das legendas, elas passaram a ser criadas com propósitos muitas vezes escusos, para funcionar, por exemplo, como vitrines de projetos estritamente pessoais. O acesso facilitado ao rádio e à TV, bem como a inexistência de qualquer cláusula de barreira e as injeções recebidas do fundo partidário, funcionaram como poderosos incentivos para a prática. E ela, ao se generalizar, comprimiu ainda mais a vida dos partidos mais bem estruturados e de tipo programático, contribuindo para rebaixar o padrão das disputas eleitorais e para diminuir o valor da política aos olhos dos cidadãos.

Nenhum governo teria como extrair benefícios dessa situação. O governo Dilma, já fragilizado por sua dificuldade intrínseca de administrar coalizões e apetites políticos, foi

literalmente abandonado pela “classe política”, tão logo se configurou o aprofundamento da crise.

A inoperância reformadora do PT

A adaptação taticista do PT ao jogo fisiológico do presidencialismo de coalizão significou, em última instância, o abandono pelo partido da atuação programática e da formulação substantiva de novos desenhos de sociedade, aquilo que nos habituamos a associar à ideia de “projeto nacional”. Enfeitiçado pela perspectiva de controle do poder central – instância a partir da qual imaginou erguer o partido e dar materialidade às suas intenções reformadoras –, o PT parou de desenvolver esforços de teorização política do país e, por extensão, deixou de atuar como organismo vivo e com perfil pedagógico, voltado para a luta de ideias, a ativação cultural da sociedade civil e a busca de maior presença hegemônica. Entregou-se de corpo e alma à luta eleitoral, caminhando mais pela via do marketing que do debate democrático. Conseguiu ser bem sucedido nesta operação – venceu as eleições de 2002, 2006, 2010 e 2014 –, mas a um custo alto demais: não educou a cidadania que lhe transferiu o voto, limitando-se a “treiná-la” para agir defensivamente e atacar de forma maniqueísta os adversários do partido. A falta de um trabalho teórico e cultural manifestou-se com clareza no empobrecimento dramático do discurso político do partido, de seus representantes parlamentares, de suas lideranças e de sua militância, um discurso invariavelmente desinteressado de promover a qualificação do debate político e dedicado a disseminar uma interpretação em que os “outros” seriam sempre os responsáveis pelos equívocos e pelas dificuldades do partido.

Nem sequer na área central das disputas hegemônicas da sociedade contemporânea o PT buscou interferir: a imprensa e o universo da comunicação de massa. O partido, por um lado, se afastou da grande imprensa, que ele, quando na oposição, sempre cortejara em busca de espaços de intervenção. Passou a hostilizá-la e a vê-la como um “aparato” a serviço da reprodução do capital, um agente pernicioso que precisaria ser denunciado e combatido sem tréguas. A má vontade da grande imprensa, que já existia, aumentou. E quanto mais cresceram as dificuldades operacionais do partido na área política e governamental, mais ele recrudescer a crítica à mídia corporativa. Ela passou a ser tratada em bloco como um “monopólio antidemocrático” e o partido se concentrou neste ataque, deixando de lado qualquer esforço dedicado a edificar um sistema próprio de comunicação, que disputasse em condições de pluralidade democrática o circuito das informações e das

narrativas. Desinteressou-se de criar uma imprensa partidária efetiva, que pudesse não só fazer o contraponto do que se considerava a “campanha midiática adversária”, mas fornecer informações e cultura aos cidadãos, aos eleitores e aos militantes. Defendeu a regulação dos meios de comunicação, mas nunca deixou clara a distinção que deve existir e ser claramente estabelecida entre regulação e controle. Perdeu a batalha das ideias não só por não ter ideias, ou tê-las em dose insuficiente, mas sobretudo por não ter como difundir-las a não ser pela palavra do Poder Executivo.

O PT não buscou a inovação e nem se renovou. Fez exatamente o que todos haviam feito, dando-se o direito de aumentar a intensidade das piores práticas. Abusou, por exemplo, do expediente de fortalecer os “anéis burocráticos” que o sociólogo Fernando Henrique Cardoso havia denunciado ainda nos anos da ditadura (CARDOSO, 1975), patrocinando o aprofundamento dos laços entre o empresariado e a máquina pública (especialmente bancos oficiais, empresas públicas e fundos de pensão), com o que beneficiou alguns grandes grupos empresariais com créditos subsidiados e isenções em troca do apoio destes ao jogo político tradicional, de corte fisiológico, e ao padrão vigente de financiamento eleitoral. Incluiu neste sistema, com peso específico não desprezível, parte dos movimentos sociais e do sindicalismo. O clientelismo acabou, assim, por ser turbinado, em detrimento da vida partidária, do Parlamento, da democracia e da sociedade civil. Tudo passou a ser feito sempre mais mediante o Poder Executivo ou diretamente por ele.

O efeito disso nos ambientes partidários foi intenso. Os “anéis”, assim como o envolvimento direto de dirigentes e militantes na gestão das grandes empresas públicas e dos fundos de pensão, facilitaram e ampliaram o trânsito entre dirigentes sindicais, gestores públicos e dirigentes partidários, cimentando e impulsionando uma aliança tecnoburocrática que invadiu o partido, impondo a ele a adoção de critérios conservadores e defensivos a partir de sua própria direção nacional. O PT se deixou impregnar de novos interesses sociais, abriu suas portas para muitos carreiristas e para as novas elites que se constituíam no sindicalismo e no próprio aparelho de Estado. Quanto mais o partido de se tornou uma máquina poderosa, mais este processo se fixou, de algum modo corroendo sua identidade e, pior, amarrando-o de forma trágica ao Estado e ao grande capital. A perspectiva adotada pelos governos Lula e Dilma de promover farta distribuição de cargos superiores de assessoria (os DAS-6) a sindicalistas e dirigentes partidários fez com que eles se tornassem administradores de grandes orçamentos, fato ampliado por seu envolvimento na gestão dos fundos de pensão e em empresas públicas. O sistema

enriqueceu alguns e se converteu em via de ascensão social para muitos. O sindicalismo foi “empoderado” pelo Estado e de algum modo alterou seu perfil de classe e seu modo de atuação. Não foi por acaso que Chico de Oliveira avançou a tese de que uma “nova classe” estaria a surgir deste reenquadramento da burocracia sindical. (OLIVEIRA, 2003). O problema do partido, portanto, foi ter feito tudo igual, sem ousar mudar o sistema: alimentou-o e o intensificou, terminando por ter de digeri-lo e por ir sendo gradualmente devorado por ele.

Além do mais, o PT foi vítima de certo tipo de soberba, nos termos consagrados por Gramsci, quando escreveu que a “ vaidade ” que Vico identificara em algumas nações poderia ser estendida também ao mundo dos partidos, que creem estar prontos e descuidam de sua constituição (GRAMSCI, 2000, p. 316). Ao crescer e se fortalecer, o PT acreditou que conseguiria fazer com que tudo ficasse dominado e sob controle. Nada abalaria sua dominância generalizada entre os empresários, os movimentos sociais e os políticos da base aliada. Esnobou o Parlamento, tratando-o mais como um problema e um obstáculo do que como um interveniente estratégico, por onde devem passar soluções. Achou que tudo seria possível a partir do Executivo, cuja força neutralizaria o dinamismo parlamentar e o faria seguir as ordens do chefe. Deixou-se aprisionar pelo mesmo autoritarismo que, antes, não se cansara de denunciar.

Com tal convicção, iludiu-se com a adesão de massas expressivas de eleitores e simpatizantes, que compuseram aquele “elemento difuso, de homens comuns, médios, cuja participação é dada pela disciplina e pela fidelidade, não pelo espírito criativo e altamente organizacional”, sem os quais um partido não poderia existir, mas que são insuficientes para fazer com que um partido exista, pois só constituem uma força “na medida em que existe quem os centraliza, organiza e disciplina – na ausência dessa força de coesão, eles se dispersariam e se anulariam numa poeira impotente”. Descuidou do “elemento de coesão principal, que torna eficiente e poderoso um conjunto de forças que, abandonadas a si mesmas, representariam zero ou pouco mais”, e também do “elemento médio, que articule o primeiro com o segundo elemento, que os ponha em contato não só ‘físico’, mas moral e intelectual”. (GRAMSCI, 2000, pp. 316-317 – caderno 14, § 70).

O PT sofreu, ainda, com a prisão e o cerceamento da atuação de seus quadros históricos e emergentes, processo que se iniciou em 2005 e só fez crescer, deixando o partido refém da liderança de Lula, personagem pouco interessado na construção partidária. O déficit de liderança se transferiu para dentro do partido, empurrando-o cada vez mais para a esfera governamental, onde se imaginava compensar a ausência de quadros. O partido

inchou, mas perdeu capacidade de formulação, de dinamização interna e de ação cultural. Além do mais, foi invadido por práticas carreiristas, de ascensão social e distinção, que com o tempo foram corroendo o que havia de coesão interna, tanto nas bases como nos grupos dirigentes. A manutenção de uma retórica de “luta de classes” serviu tão-somente para revelar quanto o partido se mostrava limitado no campo das alianças e se afastara do reformismo em sua prática governamental.

Traumas e recomposições

Impeachments são traumáticos: recurso que se deve empregar com cuidado e em situações especiais, ou quando há excesso ilícito de governo ou quando não se tem governo. Justamente por isso, promovem choques e costumam ser seguidos por períodos de melhoria ou oxigenação.

O pedido de afastamento de Dilma foi uma manobra política. Não feriu a Constituição, nem explorou caminhos hostis à legalidade jurídico-política. Foi sendo processado por dentro das instituições e com a vigilância ativa do STF. O envolvimento nele de um personagem nefasto como Eduardo Cunha foi em boa medida acidental: ele estava no meio da estrada, fazendo política sem escrúpulos e luvas de pelica. Terminou por ser partícipe de algo que o ultrapassou e que implicará sua defenestração.

O *impeachment* de Dilma pode ser o que for, mas teve sua própria dinâmica. Foi impulsionado por cálculos partidários, por interesses políticos que se sentiram prejudicados, por uma sociedade civil excitada e cindida ao meio. Confundiu-se com a emergência de um ordenamento social mais fluído e de um capitalismo turbinado. Refletiu uma máxima da política: quando um governo perde seus apoios e se isola, deixa de conseguir governar e se expõe às manobras dos adversários.

Dilma e o PT poderiam ter evitado o processo, até mesmo porque não tiveram contra si uma oposição política articulada. Foram devorados pela falta de base parlamentar e pelo fisiologismo que patrocinaram intensamente. Tiveram dificuldades enormes para buscar um entendimento político com as forças de centro e centro-esquerda, mostrando que não estavam preparados para agir em termos de “grande política”. Não conseguiram formar um governo de unidade com pegada republicana, a partir do qual pudessem emprestar maior eficácia à governança, reerguer a economia e promover uma retomada efetiva da reforma política.

O pós-*impeachment* é um enigma. Não há nada certo, garantido ou seguro. Tudo pode acontecer, até mesmo o vazio, um acordão infame, o prolongamento radicalizado da

crise ou a formação de um bloco de forças reformadoras que areje o país. Os defensores do impedimento sabem o que não querem (a continuidade de Dilma), mas ainda não disseram o que farão ao vencerem.

Por isso, mais importante do que falar em golpe e buscar formas de “resistência” a ele, é descobrir os espaços e as pessoas que poderão imprimir nova qualidade à política nacional, formando um polo magnético que incorpore as diversas forças do mundo político e social – partidos, sindicatos, movimentos, cidadãos, empresários e trabalhadores – em uma obra de recomposição que exigirá empenho e muita capacidade de diálogo.

A recomposição política do país será mais bem sucedida quanto mais cumprir três requisitos básicos: reformar a política, promover o nascimento de uma nova esquerda, moderna e democrática, reaproximar e unificar os progressistas, facilitando o diálogo entre eles.

A postura que denuncia o “golpe de Estado” não contribui para que se dê qualquer passo à frente. Nesta medida, ela é um equívoco político que afasta parte importante da esquerda dos centros propulsores da democracia brasileira. Seus defensores veem a si próprios como formando uma brigada em defesa de direitos sociais e da democracia, sem levar em conta que direitos sociais e democracia estavam a ser problematizados pelas próprias opções governamentais petistas no plano fiscal, em termos éticos (clientelismo, corrupção, fisiologismo) e na política econômica.

Por isso, em primeiro lugar, a insistência nessa postura não ajuda a que se compreenda o ciclo petista, com seus acertos e desacertos, posto que transfere para terceiros (os “golpistas”) a dinâmica do processo político e, portanto, todas as culpas e responsabilidades. Não facilita a que o próprio PT, e seus simpatizantes, avaliem criticamente o que transcorreu de 2003 para diante ou entendam as transfigurações “transformistas” (Gramsci) do próprio partido.

Em segundo lugar, não colabora para que se reforcem as posições de esquerda na política nacional, na medida em que as empurra para uma gruta retórica que fomenta “resistência”, mas não “protagonismo”. Pela maneira histriônica e impositiva que a retórica do golpe tem sido posta em circulação, ela emerge na cena pública com doses inadequadas de autoritarismo, de recusa ao diálogo e às regras do jogo democrático. Não contribui para que a esquerda – a petista, sobretudo, mas também as correntes que satelizam o PT – reveja a si própria, livre-se de seus andrajos e se atualize teórica, política e ideologicamente.

Por fim, a denúncia do golpe em nada ajuda a que se compreenda a crise política que desde 2013 se arrasta no país. As revoltas de junho daquele ano (NOGUEIRA, 2013) e, depois, o processo eleitoral de 2014 fizeram com que a situação política nacional se deteriorasse, a ponto de tornar improvável que, no curto e médio prazo, se possa ter no país bons governos e boa vida, ou seja, ação estatal virtuosa e reorganização socialmente justa da sociedade, com o equacionamento de seus focos de perversão, de seus gargalos estruturais e de suas potencialidades.

Enquanto se agitarem as bandeiras da “resistência” ao golpe, as correntes democráticas e progressistas permanecerão criando falsas contraposições entre elas, deixando escapar pelos dedos as chances de formação de um bloco reformador vigoroso, ao passo que o regressismo amadurece, à vista de todos, como uma possibilidade.

Há muita fumaça no ar, expelida não só pelo poder e pelo sistema, que, como sempre, se protegem e se legitimam mediante atos tirânicos, seduções e ocultamento. Venenos e toxinas, que poluem e nos roubam oxigênio, são liberados também pelo mundo da vida e pela sociedade civil, em parte ingenuamente, quase sem querer, e em parte deliberadamente, por gente que sabe o que faz e que imagina navegar melhor por entre brumas e cerração. No fundo, a fumaça não beneficia ninguém, mas é particularmente prejudicial para quem almeja carregar a tocha da liberdade, da democracia, da igualdade e da justiça social. Para este setor, que tem pressa, quanto mais brilhar a luz da razão crítica, melhor.

Os produtores de fumaça – tanto os do sistema quanto os da sociedade civil –, seguem impávidos o caminho que lhes foi dado trilhar. Carregam nas tintas, fornecem provas e mais provas de que são senhores da verdade e se sentem realizados quando percebem que seus feitiços produzem efeito e encantam multidões. O aumento da confusão, a ilusão e a auto-ilusão, a retórica inflamada e indignada, o anúncio bombástico do apocalipse, a vitimização, são ferramentas e recursos usuais, e deles não se pode esperar aumento da razão ou esclarecimento.

O quadro brasileiro corresponde a uma época paradoxal: brilhante e opaca, participativa e improdutiva, de muita movimentação e poucos resultados positivos, de sofrimento organizacional, excitação e mal-estar, de vida líquida, flutuante e instável. Essa, porém, é a nossa época, e teremos de saber lidar com ela se quisermos cogitar de transformá-la.

[Junho de 2016.]

Referências bibliográficas

- Boletim de Conjuntura Brasil*. (2015). Brasília, Fundação João Mangabeira, nº 4, junho.
- CARDOSO, Fernando Henrique. (1975). *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- GRAMSCI, Antonio. (2000). *Cadernos do cárcere*. Edição de Carlos Nelson Coutinho, com Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, v. 3.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. (2004). *Em defesa da política*. São Paulo, Editora Senac.
- *As ruas e a democracia. Ensaios sobre o Brasil contemporâneo*. (2013). Brasília/ Rio de Janeiro, Contraponto.
- OLIVEIRA, Francisco. (2003). *Crítica à razão dualista – o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- QUADROS, Waldir (2015). “Está em curso um retrocesso social em cascata”, entrevista ao Instituto Humanitas Unisinos, 10/6/2015. Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/541562>. Acesso em junho de 2016.